
//////////
Artigo
//////////

Salários e preços – polêmica antiga e ainda atual*

Umberto Martins

A polêmica em torno das relações entre salário e preços é bem antiga na sociedade e no movimento operário. A obra de Karl Marx intitulada *Salário, Preço e Lucro* – que reproduz uma longa intervenção do autor nas sessões do Conselho Geral da Associação Operária Internacional, realizada entre os dias 20 a 27 de junho de 1865 – trata exaustivamente deste assunto.

Seu propósito era contestar os argumentos de que os trabalhadores deveriam renunciar à luta por reajustes salariais, a título de reposição de perdas ou por outra razão, pois tal movimento era inócuo e se revelaria, mais tarde, um contra-senso, uma vez que seu único resultado seria uma alta proporcional dos preços ou (o que vem a dar no mesmo) uma desvalorização da moeda, que na prática anularia o aumento nominal dos salários ao impor a depreciação real do poder aquisitivo dos mesmos.

Nas entrelinhas do debate, ficava evidente, já naquela época, que as posições assumidas a este respeito refletem, bem mais do que divergências científicas, os interesses que presidem a luta entre capital e trabalho. Ao lado disto, registra-se a força e hegemonia das idéias das classes dominantes sobre o movimento operário e suas lideranças. No momento em que Marx fez sua intervenção a Europa presenciava “uma verdadeira epidemia de greves e um clamor geral por aumentos salariais”. O operário inglês Jonh Weston acabara de defender perante a Associação a tese de que os trabalhadores não deviam lutar por aumentos salariais, uma opinião “profundamente impopular no seio da classe operária”.

Embora louvando a coragem moral de Weston, que “*deve calar fundo em todos nós*”, Marx fez uma contundente crítica ao conteúdo reacionário de suas idéias, mostrando que elas careciam de fundamentos científicos e históricos e, no fundo, apenas serviam aos interesses dos capitalistas, refletindo a reação destes ao movimento operário em curso na ocasião.

Recorrendo a diversos exemplos históricos e destacando o aumento de salários ocorrido na Grã-Bretanha decorrente da Lei das Dez Horas e Meia (que reduziu a jornada de trabalho e foi promulgada em 1848), Marx mostrou que as premissas do “cidadão Weston” eram falsas.

A idéia de que aumento de salário gera inflação nunca passou de uma grande tolice. Em *Salário, Preço e Lucro*, e em outros escritos, Marx observa que as oscilações de salários devem ser avaliadas sempre em relação aos lucros, pois na composição dos preços (levando em conta o novo valor agregado a uma determinada mercadoria) os elementos centrais são salários (ou o valor da força de trabalho) e lucros (que no mercado se subdivide em lucro industrial, financeiro - especialmente juros -, renda da terra, lucro comercial e – com maior peso nos dias de hoje – até certo ponto os impostos). Ou seja, aumentos salariais ocorrem de

* Publicado originalmente em *A Classe Operária* nº 179, 18 de agosto de 1999 – pp. 11.

imediatamente em detrimento do lucro: se o operário logra um aumento consegue, desta forma, reduzir a taxa de exploração do capital. Mesmo se a produção fosse uma grandeza constante (e evidentemente nunca foi) isto não implicaria necessariamente na alta dos preços, mas mudaria a proporção em que o produto se reparte entre salários e lucros.

Também com exemplos concretos e uma análise convincente, Marx revela a inconsistência da teoria monetarista, exposta no ponto de vista segundo o qual o aumento dos salários levaria a um crescimento da quantidade de dinheiro em circulação que – sem correspondência no aumento da produção – resultaria na desvalorização da moeda.

Marx afirma que, quando lutam por aumentos salariais e redução da jornada, “*os operários não fazem mais que cumprir um dever para com eles mesmos e sua raça. Limitam-se a reprimir as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afóra as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc, está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrozada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre implacavelmente e sem contemplações para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação.*”

Na conclusão da intervenção, Marx propõe que a Associação adote três resoluções, uma das quais (a 2ª) sustenta que “*a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo*”. Os críticos de Marx argumentam que esta idéia foi desmentida pela história e se levarmos em consideração a situação atual dos trabalhadores na Europa (alvo das atenções do autor) e nos países mais desenvolvidos (ou melhor, imperialistas) é preciso convir que eles têm certa razão. Os valores reais dos salários cresceram e, sobretudo, a jornada de trabalho diminuiu, chegando hoje em alguns países a 35 horas semanais, quase a metade da que reinava na primeira metade do século passado.

Porém, a observação da história nos países economicamente dependentes, por exemplo o Brasil, revela uma realidade diferente. Por essas bandas, o arrocho dos salários e a precarização das condições e relações trabalhistas é uma verdade que o capital nos oferta com a força de uma fatalidade. Há uma explicação para esta diferença, assim como para a diferença de valores da força de trabalho entre as nações-sede do imperialismo e a periferia do capitalismo.

Marx, como se sabe, não chegou a presenciar a história do imperialismo e, embora suas idéias sobre o processo de centralização do capital, aplicado num universo maior (mundial, não restrito a uma determinada economia nacional), conduzissem logicamente à idéia e previsão do mesmo, não perdeu tempo em imaginá-lo. Essa nova fase provocaria sensíveis alterações na evolução do sistema.

São muitos os fatores que presidem as oscilações dos salários e não se deve tentar enquadrá-los numa espécie de lei de bronze. No caso, a luta de classes do operariado e as pressões exercidas pelo socialismo soviético, por exemplo, têm muito a ver com a melhoria relativa dos salários e condições de vida dos trabalhadores nos países imperialistas.

O fundamento econômico dessa situação, e da brutal diferença de valores da mercadoria força de trabalho nesses dois distintos mundos, reside sobretudo na lógica da espoliação imperialista, que – como Lênin já observava há cerca de 80 anos – ampliou a capacidade de concessões do capital aos trabalhadores (nos centros) e possibilitou a criação do que ele classificou de aristocracia operária.

É ainda (e hoje mais que nunca) o excedente extraído pelo capital estrangeiro nas economias dependentes, com migalhas “democraticamente” repartidas com a aristocracia operária, que a rigor financiam a diferença de padrão de vida e o relativo “bem estar social” usufruído nos centros do sistema, que, por sinal, diante da crise e do desemprego em massa, a burguesia planeja abolir, objetivo que só não logrou (até o momento) devido à enérgica resistência dos trabalhadores.

Aqui no Brasil aprendemos com revolta e amargor a realidade desta espoliação ao observar os bancos estrangeiros exibindo em seus balanços os fabulosos lucros auferidos dias atrás com a crise cambial e a máxi-desvalorização do real. Desgraça para uns, felicidade para outros. Uma humilhação imposta aos trabalhadores pelo capital estrangeiro, com a cumplicidade criminoso da burguesia nativa.

O fato é que, hoje, com a reivindicação de uma nova política salarial que garanta a reposição automática das perdas provocadas pela desvalorização da moeda, a polêmica em torno das relações entre salário, preço e lucro, voltou à ordem do dia. Por aqui, temos também os nossos Westons, os cidadãos que (provavelmente sem as qualidades morais do inglês com quem Marx debateu) representam e advogam as teses do capital a respeito deste tema no movimento operário. Os fatos mostram um contexto de queda real dos salários e desemprego em massa, de modo que, evidentemente, as eventuais altas de preços não podem ser atribuídas aos míseros rendimentos dos trabalhadores. Aliás, pela lógica dos Westons de hoje, a queda dos salários deveria provocar uma queda dos preços (ou deflação), o que também não está ocorrendo e por uma razão simples: qualquer que seja, a inflação que temos em vista e em perspectiva é uma expressão enviesada da espoliação imperialista que vitima em primeiro lugar os trabalhadores, o resultado de uma brutal transferência de lucros (e riquezas) ao capital estrangeiro, que teve um ponto alto na máxi-desvalorização do real.

Passados mais de dez anos da primeira publicação de *Salário, Preço e Lucro*, as condições (inclusive das economias nacionais) são outras, muita água rolou desde então, mas a essência da luta entre capital e trabalho e dos interesses subjacentes à polêmica em questão ainda não mudou.